

MECANISMOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

CORPORATE GOVERNANCE MECHANISMS IN MICRO AND SMALL ENTERPRISES IN THE MUNICIPALITY OF SÃO MIGUEL DO OESTE, SANTA CATARINA, BRAZIL

LAEBEL, Elizandra¹

COSTA, Simone da²

WELTER, Juarez²

WANDSCHEER, Cristian Samuel²

¹Discente do curso de Administração. Centro Universitário UCEFF, Itapiranga-SC

²Docente do curso de Administração. Centro Universitário UCEFF, Itapiranga-SC

RESUMO

Com o passar do tempo, o ambiente nos negócios foi se alterando, sendo que as empresas precisam achar uma forma de adequar-se à nova realidade. Nesta linha, surgiu a governança corporativa, podendo ser aplicada em empreendimentos de diferentes portes e naturezas. O presente trabalho tem por objetivo investigar os mecanismos e estratégias utilizados para obter o Governo Corporativo para as microempresas e as pequenas empresas (MPEs) estão sediadas em São Miguel do Oeste/SC. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, com objetivo descritivo. Os 94 participantes foram gestores de micro e pequenas empresas associadas à ACISMO – Associação Empresarial de São Miguel do Oeste/SC. Dentre os principais resultados alcançados, percebeu-se que as MPE investigadas adotam parcialmente os princípios de governança corporativa elencados, dando destaque à transparência (50,5% aplicam completamente), a responsabilidade (78,7% aplicam completamente) e a equidade 52,10% aplicam completamente). Por outro lado, princípios como comitês e conselho e preocupação com *stakeholders* ainda são baixos, com apenas 16,0% e 33,0%, respectivamente de aplicação pelas empresas. Também, 34,0% das empresas não possui preocupação em alinhar os propósitos entre sócios, Conselho de Administração e Direção Executiva e 46,8% não vê necessidade na manutenção de um conselho fiscal e auditoria independente. Assim, observa-se que

mesmo tendo mecanismos adotados por micro e pequenas empresas de São Miguel do Oeste, há áreas significativas que devem ser melhoradas, uma vez que, para muitos gestores, essa é uma prática ainda desconhecida e/ou inacessível para a realidade, podendo, dessa forma encurtar o tempo de vida do negócio e sua consequente lucratividade.

Palavras-chave: Gestão empresarial. Governança Corporativa. Micro e pequenas empresas.

ABSTRACT

Over time, the business environment has changed and companies need to find a way to adapt to the new reality. Corporate governance has emerged along these lines and can be applied to companies of different sizes and natures. The aim of this study is to investigate the mechanisms and strategies used to achieve Corporate Governance for micro and small companies (MSEs) based in São Miguel do Oeste/SC. This is a quantitative-qualitative study with a descriptive objective. The 94 participants were managers of micro and small companies associated with ACISMO - Associação Empresarial de São Miguel do Oeste/SC. Among the main results achieved, it emerged that the MSEs investigated partially adopt the corporate governance principles listed, highlighting transparency (50.5% apply completely), responsibility (78.7% apply completely) and equity (52.10% apply completely). On the other hand, principles such as committees and boards and concern for stakeholders are still low, with only 16.0% and 33.0% respectively applied by companies. Also, 34.0% of the companies are not concerned with aligning the purposes of the partners, the Board of Directors and the Executive Management and 46.8% do not see the need to maintain a supervisory board and an independent audit. Thus, it can be seen that even though there are mechanisms adopted by micro and small companies in São Miguel do Oeste, there are significant areas that need to be improved, since for many managers this is a practice that is still unknown and/or inaccessible to reality, which could shorten the life of the business and its consequent profitability.

Keywords: Business Management. Corporate Governance. Micro and Small Businesses.

1 INTRODUÇÃO

O mundo está em constante mudança, e as empresas precisam acompanhar esse desenvolvimento. Nesse contexto, elas devem agir de maneira similar à mudança que emerge no mundo, adaptando-se à inovação, à tecnologia e aos novos métodos de gestão. (Tandoh et al., 2022). As organizações contemporâneas operam em um cenário dinâmico

no qual sua capacidade de adaptação e inovação é fundamental para a sobrevivência. A transformação digital não é apenas uma questão de adotar novas ferramentas tecnológicas, mas implica a transformação interna da cultura corporativa de negócios (Ribeiro; Souza, 2023).

Assim, neste ambiente, as empresas devem alcançar a inovação e tornar-se mais competitivas; contudo, não se devem atentar meramente às novas tecnologias, é necessário que se observe muitos aspectos, como responsabilidade social e adaptações para o mundo moderno (Oliveira; Raeder; Marques, 2022). A responsabilidade corporativa social emergiu como parte importante na estratégia empresarial, o que reflete uma crescente consciência da importância de práticas sustentáveis e ética, sendo que as empresas que integram a responsabilidade social nas suas operações não só respondem às expectativas daqueles que de uma forma ou outra estão ligados à empresa, mas apertam ainda mais a fidelização dos clientes e fortalecem sua própria reputação (Silva et al., 2023).

Tal perspectiva traz a governança corporativa como o resultado direto da modernização das empresas. Baseada em conceitos como ética, transparência e responsabilidade empresarial (Ribeiro; Souza, 2023). Mas, além de tecnologia de empresa, a gestão deve cuidar de todos os pontos críticos; a finalidade de sua corrida mercadológica é ser transparente, própria, solidária em cada direção, e eficiente em alinhar com as expectativas do consumidor (Eckert et al., 2023).

Na verdade, justamente conforme apresenta-se a teoria da agência, o próprio conceito de governança surgiu para contrapor-se à administração restrita e unicamente voltada ao interesse dos administradores, ignorando completamente toda a situação global

e as variáveis que poderiam inclinar o mundo dos negócios (Ribeiro; Souza, 2023). Neste tipo de gestão, as empresas assumiram mais responsabilidades em especial relativo aos registros contábeis, o que reflete um de seus princípios, a transparência. Além disso, elas devem tomar medidas para consumir este sistema econômico socialmente responsável (Aboukhadeer; Azam; Albattat, 2023).

Dos objetivos que constituem a governança corporativa, os quatro princípios mais importantes são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade. Foram desenvolvidos com o intuito de superar a teoria do agente e permitir uma boa gestão dos conflitos de interesse que então vivas na administração das empresas (Carvalho et al., 2023). Nessa perspectiva dos princípios da governança, evidencia-se que ao remeter relatórios detalhados e auditados regularmente, a empresa não só mostra sua responsabilidade perante os investidores, mas também aumenta a confiança e credibilidade no mercado (Santos; Bezerra, 2023). Por conseguinte, está também a responsabilidade corporativa, com o objetivo de promover a ética em interações de negócios justos e bons, leis e regulamentos relevantes (Trambacos; Albanez; Carvalho, 2021). Entre eles pode-se incluir também a questão da gestão ambiental e a eliminação ou reversão do impacto ambiental de qualquer tipo de atividade humana operacional (Kulak, 2022).

Assim, a governança corporativa não é apenas um método para tornar a gestão mais participativa: é também a grande mantedora dos valores sociais e empresariais (Eckert et al., 2023). Além disso, a empresa tem uma preocupação social, sobretudo na área da sustentabilidade. Assim sendo, o desenvolvimento bem sucedido de qualquer objetivo para uma organização dependerá do compromisso de sua gestão com estas

práticas sustentáveis, o que também pode conferir vantagem competitiva às organizações que adotarem tais práticas (Santos; Bezerra, 2023).

Tratam-se de formas destinadas a ajudar empresas pequenas e médias a executar políticas restritas sob condições especiais (Pires; Oliveira, 2023). No entanto, a eficácia da governança corporativa depende de vários mecanismos de supervisão e controle, como as características do Conselho de Administração, a estrutura da propriedade, a remuneração dos executivos, etc. (Ribeiro; Souza, 2023).

Nos dias de hoje com o aumento da participação de micro e pequenas empresas no mercado agora se pede que seja desenvolvida uma teoria sobre práticas de gestão para essas essa modalidade sistêmica, ou seja de micro e pequenas empresas (PMEs) (Brambilla; Ferreira, 2024). Finalmente, as MPES brasileiras representam aproximadamente 27% do PIB do Brasil (Ribeiro; Souza, 2023). A inclusão de mecanismos de governança corporativa para PMEs será impulsionada através de uma variedade de estruturas e processos diversos dos que são aplicáveis para grandes empresas (Santos; Bezerra 2003).

A legislação brasileira tem regras para MPES na Lei Complementar no 123, de 2006. As microempresas são aquelas que faturam menos de 360.000,00 reais num ano-calendário. Já as pequenas empresas faturam mais do que R\$ 360.000,00 e menos que R\$ 4.800.000,00.

A Governança corporativa para MPES deve ser incluída na contabilidade gerencial, requerendo que o modelo da administração seja alterado inteiramente, sendo que, ao mesmo tempo, uma gama de diferentes estratégias é necessária para levar a administração de empresas desse porte em bom valor e desempenho eficiente. Por isto,

ao mesmo tempo que se busca pelo êxito dos negócios quando uma administração eficaz é adotada, parte da relevância da responsabilidade social e econômica das empresas para a sociedade em geral e para a economia (Brambilla; Ferreira 2004).

Sendo assim, a governança corporativa se torna um elemento estratégico para todas as empresas, contribuindo para seu crescimento sustentável e ético. Portanto, esta pesquisa tem por objeto responder o seguinte problema: *Quais são os mecanismos de Governança Corporativa utilizados pelas micro e pequenas empresas localizadas em São Miguel do Oeste/SC?*

Para responder ao problema, o objetivo geral consiste em investigar quais são os mecanismos de governança corporativa utilizados pelas micro e pequenas empresas localizadas em São Miguel do Oeste/SC.

Para tanto, a presente pesquisa busca investigar as dificuldades que os gestores encontram ao implementar e manter tais mecanismos, propondo estratégias de melhoria baseadas nos resultados obtidos. Justifica-se pela importância que possui, visto que aborda a gestão das micro e pequenas empresas, que são de grande importância para a economia nacional. Do ponto de vista prático, o estudo se tornará e ajudará gestores a tomar decisões sobre o uso de melhores práticas da Governança Corporativa em PMEs, com sugestões e recomendações para ajustes. Assim, não só para o curto prazo, mas igualmente em perspectiva a médio e longo prazo, o tipo de governança para ser empregado às micro e pequenas empresas para aperfeiçoar a sua gestão. Além disso, Lehnhart et al. (2019), em seu estudo sobre práticas de responsabilidade social empresarial em micro e pequenas empresas do setor industrial, sugeriram ampliar o tema, incluindo empresas de diferentes ramos.

É frequente que as transformações venham da teoria para a prática. Assim, a outra forma de método consiste em que se efetue uma pesquisa quanti-qualitativa, tendo em vista o fim descritivo. Por seu turno, a unidade de análise é constituída pelas micro e pequenas empresas associadas à ACISMO de São Miguel do Oeste/SC.

Como formato, o artigo estará organizado em cinco grandes partes. A primeira parte começa com uma introdução, prosseguindo-se delineando o tema, problema, objetivos e justificação. Em seguida, os fundamentos teóricos para este estudo, incluindo estudos relevantes, são apresentados. Posteriormente, a metodologia de pesquisa será apresentada com descrição de todos os estágios e métodos utilizados. Em seguida, serão publicados os resultados obtidos nesta pesquisa e depois discutidos. Por fim, são feitas as observações finais sobre o estudo e finalista será lista de referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, serão inseridos os fundamentos teóricos que norteiam a pesquisa. O primeiro deles é a gestão das micro e pequenas empresas, a qual é regida por norma brasileira específica, bem com o segundo tema abordado na pesquisa, que é a governança corporativa, com indicação de estudos anteriores relacionados ao tema.

2.1 GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

No Brasil, as micro e pequenas empresas são regulamentadas pela Lei Complementar nº 123/2006, que, em seu artigo 3º-A, define que microempresa é a

empresa que no ano-calendário tenha receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e empresa de pequeno porte é a empresa que no ano-calendário tenha receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00) (Brasil, 2006). Há também a classificação por quantidade de funcionários das empresas. Deste modo, entende-se por microempresa de serviços e comércio a empresa com até 09 pessoas ocupadas e indústria até 19 pessoas ocupadas e a pequena empresa de serviços e comércio a empresa de 10 a 49 funcionários e indústria de 20 a 99 pessoas ocupadas (Andrade; Monteiro; Souza, 2021).

No relatório do SEBRAE (2024) observa-se a quantidade das empresas no Brasil: haviam no Brasil até o dia 3 de abril de 2024 um total de empresas 22.593.293, das quais mais de 7 milhões são microempresas ME e 1.267.413 são pequenas empresas -EP, representando um total de 38% do conjunto de economias de um país. Dada uma tal multifacetada quantidade dessas organizações, quase é mais do que natural levá-las atentamente a gestão, incluindo nesta espécie de contabilidade (Gonçalves; Coutinho, 2018).

Não obstante, é preciso salientar que as empresas de microescala e pequeno porte estão entre os setores da economia mais importantes: elas são a maior fonte de novos empregos, a maior de novas tecnologias, e isso requer uma administração igualmente digna. E ao mesmo tempo pede uma cultura organizacional inovadora que pode fornecer adaptações aos constantes surtos de novo desenvolvimento numa economia internacional acelerada (Zanotelli; Cerutti, 2020). Na verdade, a administração é vital para todas as empresas, alinhando-se com a contabilidade e tornando-se dos mais substanciais ativos das organizações, pois a maior parte do desenvolvimento econômico brasileiro se baseia

no fundamento de que, independentemente do tamanho empresarial, existem empresas em cada região do país que têm potencial para expandir (Freitas Júnior; Leitão, 2022).

Essa é a razão, que justifica a qualificação obrigatória de cursos em gestão essencialmente prática e instrumental, de modo que mesmo que as empresas já tenham experiência, haja um mecanismo de melhoria. Promover a contabilidade é útil em uma organização como um diferencial competitivo (Oliveira et al., 2021). Nesse sentido, a contabilidade permite a disseminação das informações necessárias para o planejar, exercer e controlar a tomada de decisões, que é uma das principais tarefas da gestão e contabilidade, que também promove continuamente a cultura da instituição (Caspers; Neiverth, 2022).

No entanto, a grande maioria das MPEs sofre de capital de giro extremamente limitado e tem pouquíssimas reservas. Por isso, não consegue se manter por muito tempo quando fechadas temporariamente (Vacari et al., 2023). É válido lembrar que esse tipo de empresa representa mais da metade da massa de trabalhadores, assim, no caso de fechamento, ocorrerá, como consequência, altos índices de desemprego, prejudicando a economia como um todo (Sales; Mâcedo, 2021).

Conforme Andrade, Monteiro e Souza (2021), um dos problemas das MPEs é a falta de planejamento financeiro. Por serem empresas de porte reduzido, na maioria das vezes, não conseguem contratar um especialista na área ou, até mesmo, terceirizar o serviço. Assim, em cenários de crise, não possuem recursos ou estratégias hábeis para manterem-se produtivos, o que ocasiona, muitas vezes, a falência dessas empresas. Desta forma, segundo Correa, Nassif e Rosseto (2020), na prática, o micro e pequeno empresário, desenvolve, em sua grande maioria, atividade sob a informalidade, portanto,

os instrumentais planejamento estratégico, contingência, plano de ação são raramente observados na maioria das condições inerentes ao modelo de negócios. Por isso, além destas medidas de gestão e contabilidade, as micro e pequenas empresas devem sempre se inovar e buscar meios para manterem-se no mercado. Neste sentido é possível usar a governança corporativa, tema do próximo tópico.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um modelo de direção, controle e monitoramento das empresas. Determina e distribui o poder as responsabilidades entre os diferentes interessados, de forma a assegurar uma operação efetiva, transparente e ética, facilitando a participação dos stakeholders e maximizando a confiabilidade organizacional (Zittei et al., 2021). Há que se ressaltar que a boa governança ajuda a intensificar o compromisso da gestão, uma vez que por meio dos mecanismos de governança torna-se possível maior transparência nas ações e a responsabilidade da sua prestação, o que atenua para o desempenho econômico, social e ambiental (Tres; Mazzioni; Dal Magro, 2022).

Esse modelo de gestão tornou-se cada vez mais característico nos últimos anos no Brasil, sobretudo após a abertura econômica e o aumento de investimentos estrangeiros; e, inclusive, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) produziu o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, no qual se aborda a essência e críticos da governança, os quais são: propriedade, Conselho de Administração, Gerenciamento, Auditoria, Fiscalização e Ética (Kulak, 2022).

Dos objetivos que constituem a governança corporativa, os quatro princípios mais importantes são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade. Foram desenvolvidos com o intuito de superar a teoria do agente e permitir uma boa gestão dos conflitos de interesse que desde então vivas em administração das empresas (Carvalho et al., 2023). Primeiro, transparente, que é baseado na necessidade real que precisam de informações claras e totalmente honestas sobre seus próprios negócios financeiros ou praticas empresariais, que incluíam dados sobre o funcionamento e os resultados de uma empresa (Trambacos; Albanez; Carvalho, 2021) De outro modo, esses dados permitem aos acionistas entenderem a situação financeira da empresa não apenas profissionais na nova contabilidade bem como aos principais interesses da capacidade de autorresponsabilidade (Azevedo, 2022).

Em segundo lugar, é referido a justiça em termos de espírito business. Propõe um ambiente empresarial justo e transparente, no qual todos aqueles que tem interesse (de aprendizagem) devem ter a sabedoria para aceitar o risco igualmente compartilhado com terceiros (Trambacos; Albanez; Carvalho, 2021). Em termos gerais, trata-se da igualdade de tratamento entre acionistas e outras partes interessadas, culminando na credibilidade da empresa (Santos; Bezerra, 2023). A sequência é a prestação de contas. Este é o terceiro elemento da governança corporativa. A efetuar-se contas, a ideia é fornecer informações financeiras em si aos acionistas e demais interessados. De novo se insiste na questão da responsabilidade e da transparência (Azevedo, 2022).

Assim, ao remeter relatórios detalhados e auditados regularmente, a empresa não só mostra sua responsabilidade perante os investidores, mas também aumenta a confiança e credibilidade no mercado (Santos; Bezerra, 2023). Por conseguinte, está também a

responsabilidade corporativa, com o objetivo de promover a ética em interações de negócios, leis e regulamentos relevantes (Trambacos; Albanez; Carvalho, 2021). Entre eles pode-se incluir também a questão da gestão ambiental e a eliminação ou reversão do impacto ambiental de qualquer tipo de atividade humana operacional (Kulak, 2022).

Alguns autores relacionaram a governança corporativa como um dos fundamentos das práticas ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança). Com crescentes preocupações sobre mudanças climáticas, cada vez mais incidentes cibernéticos e problemas na cadeia global de abastecimento, as questões de justiça social estão forçando as empresas a procurarem alternativas; entre elas ESG é uma das principais ferramentas adaptadas, uma estrutura para somar práticas éticas e consumo consciente à sustentabilidade que está rapidamente se popularizando no mundo dos negócios (Tandoh et al. 2022).

Os aspectos ESG são aplicados em organizações com vistas à comparação entre produtividade e benefícios econômicos da sustentabilidade. Para propostas de práticas de ESG em ambiental, redes sociais na época ambientais e defesa de formas tradicionais bem como quotas referentes dentro desse ângulo das discussões, socialismo versus livre mercado (Sengar et al 2023); no polo social estes alvos incluem bem-estar do pessoal de trabalho (salário médio, média etária); a formação profissional dos trabalhadores; inclusão e diversidade em todos os níveis dentro da empresa; planificação e medidas para escavar os problemas sociais que apareçam ainda em fase de incubação depois da implementação das políticas; já no âmbito da governança, propõe-se lideranças democráticas e participação na administração (Tandoh et al. 2022; Aboukhadeer ; Azam; Albattat ,2023).

De fato, a governança corporativa é uma temática multidisciplinar. Ou seja, abrange contribuições para diversas áreas do conhecimento no cenário acadêmico, incluindo administração, contabilidade, direito, economia, estratégia financeira e outras disciplinas (Ribeiro, 2023). Isto mostra a sua complexidade e relevância no atual mercado financeiro que, em grande medida graças a própria governança corporativa, está já por si minimizando as imperfeições do mercado das empresas quotadas no Balcão Brasil-B3, inclusive diretamente aumentando a decisão acertada ou errada de um investimento em bens de capital (Pereira et al. 2021) e a relação de capital-agência (Oliveira; Raeder; Marques, 2022).

Atualmente, as empresas buscam de maneira crescente alternativas de adaptação e resposta a novos desafios globais como as mudanças climáticas para o meio ambiente, problemas na cadeia de suprimentos de componentes ininterruptos e demandas por justiça social, em forma de suas melhores práticas para enfrentar este desafio tudo ao mesmo tempo. Em meio a este intenso cenário de negócios no mundo todo, a abordagem ESG se torna uma ferramenta amplamente reconhecida. Afinal de contas, ela é uma lente para os aspectos de sustentabilidade, a ética e o consumo consciente. Em termos organizacionais, a aplicação dos princípios ESG procura conciliar produtividade e rentabilidade com práticas de produção sustentáveis, lidando não apenas, mas sobretudo com questões ecológicas, sociais e de governança. Quanto à destacada importância e interdisciplinaridade da governança corporativa: ela influencia ativamente as decisões de gestão e contribui decisivamente para a eficiência e solidez do mercado.

2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Neste item apresenta-se uma análise de estudos realizados e publicados sobre o tema do artigo atual. A base da pesquisa foi realizada levando em consideração o período de 2019 a 2024, os meios de busca no Google Acadêmico. As palavras-chave usadas para a busca foram “micro e pequenas empresas” e “governança corporativa”.

Primeiro, apresenta-se o estudo de Lehnhart et al. (2019), que examinou as práticas de responsabilidade social empresarial (RSE) adotadas por micro e pequenas empresas, um dos objetivos da Governança Corporativa. O estudo envolveu 21 MPEs associadas ao Serviço Social da Indústria (SESI) de Santa Maria-RS. Em mais de 50% das empresas identificou-se práticas de SER, e os valores mais frequentes foram as práticas com transparência e as práticas de liderança governamental. Esse fator corrobora com a afirmação de que a responsabilidade social agrega valor à empresa, concedendo-lhe uma boa imagem e a posicionando positivamente no meio social e profissional em que atua. Outro registro do que se deu na mesma área era o fato de que 1/3 das empresas não divulgava seu balanço social, sendo também uma prática a ser revista, uma vez que o balanço social é um instrumento necessário para demonstrar benefícios para a gestão, empregados e também comunidade local.

Também foi verificado o estudo de Souza e Barro (2019). Os autores deste estudo objetivaram avaliar as boas práticas de governança corporativa no desempenho de pequenas empresas. Para tanto, utilizaram uma abordagem comparativa entre duas pequenas empresas, a Empresa A e a Empresa B. Os resultados apontam que a adoção

dessas boas práticas influencia de forma positiva a maioria dos indicadores de desempenho. A Empresa A aplica mais dessas melhores práticas, em conformidade com o conselho de administração, princípios organizacionais, prestação de contas, auditoria e ética, embora não siga as práticas de transparência. A Empresa B, ao contrário, não as adotou. Ao mesmo tempo, os resultados indicam que a Empresa A, exceto em relação à estrutura de capital e à biodiversidade, apresentou melhores resultados do que a Empresa B, tanto financeiramente quanto não financeiramente. Isso sugere que as empresas que adotam boas práticas de governança tendem a ter melhores resultados financeiros em comparação com aquelas que não as implementam.

Também se identificou estudo de Rösner (2022), que teve como objetivo compreender a relação entre envolvimento familiar, maturidade de governança corporativa e desempenho organizacional em 51 micro, pequenas e médias empresas da microrregião de Criciúma, SC. Os resultados indicaram o impacto significativamente positivo da governança do desempenho organizacional, sendo verificado que a governança corporativa é relevante para pequenas empresas familiares, sugerindo a criação de conselhos de família e de administração para atenuar os conflitos e alinhar os objetivos. O envolvimento da família em si não tem um impacto direto no desempenho da organização; este impacto só é possível se mediado pela governança corporativa, que em essência estimula boas práticas de gestão: ética, transparência, responsabilidade social, equidade e senso de justiça.

Além disso, Ramo, Santos e Confessor (2023) investigaram a relação entre governança corporativa e fonte de financiamento bancário em PME do cluster de vestuário do agreste de PE em 2023; na análise, encontram que, de fato, os mecanismos

de governança estudados – transparência, responsabilidade e conselho – são significativos para os gestores bancários e, em geral, são adotados pelos PME estudados. Outra conclusão que se pôde chegar foi que as práticas da governança acarretavam em uma maior facilidade na concessão de créditos bancários.

Por fim, foi identificada a pesquisa de Lopes e Hupalo (2024), na qual se refere à avaliação das 1.278 empresas catarinenses atendidas no ciclo 1 no programa Brasil Mais Produtivo, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, em relação aos níveis de ESG e as regiões onde se localizavam. Com isso, torna-se plausível saber se existe ou não uma relação entre as empresas e seus níveis de ESGs em comparação com a região em que serão encontradas. Assume-se que não há relação direta entre o índice e a região, mas com o setor em que a empresa atua. Pela maioria das vezes, as empresas que pertencem a setores de serviço mostram a melhor performance de ESG, enquanto as de comércio – a pior. A razão para este último fato pode ser a ignorância, já que os empresários imaginam que somente indústrias e grandes corporações têm que se preocupar com o ESG

No geral, a revisão dos estudos analisados fornece uma imagem variada da implementação da governança corporativa e da prática da ESG em PMEs. A evidência indica que a adoção de práticas de ESG e uma boa governança podem levar a resultados positivos; no entanto, a utilização de tais práticas e a eficácia com a luz do dia variam entre as empresas e setores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa classificou-se como quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa foi empregada para a obtenção de análises subjetivas, mais voltadas às percepções dos gestores, enquanto que o método quantitativo foi destinado a quantificar os resultados, verificando as suas particularidades, além de utilizar dados estatísticos (Marconi; Lakatos, 2004).

Além disso, também foi descritiva, visto apresentar determinado fenômeno ou questão em detalhes, abrangendo o maior número de informações possíveis, com exatidão, de determinada população (Selltiz; Wrightsman; Cook, 1965). Quanto aos procedimentos, por sua vez, o estudo classificou-se como uma pesquisa de levantamento ou *survey*, visto que envolveu o público de forma direta através da aplicação de um questionário (Prodanov; Freitas, 2013).

A pesquisa foi realizada em meio eletrônico, com os gestores/proprietários das micro e pequenas empresas integrantes da associação empresarial de São Miguel do Oeste/SC (ACISMO), após aprovação do Comitê de Ética (CEP) da UCEFF.

A população, objeto deste estudo, compreendeu as 2.993 (dois mil, novecentos e noventa e três) micros e pequenas empresas participantes da Associação Empresarial de São Miguel do Oeste/SC – ACISMO. Esse número foi obtido mediante contato telefônico ocorrido em setembro de 2024 com a secretária da ACISMO, cujo nome não será informado.

O formulário foi elaborado no Google Formulários no segundo semestre de 2024, sendo coletados dados no período de agosto a outubro de 2024; foi encaminhado o link de acesso pela ACISMO, a qual enviou por e-mail aos associados, contendo o

questionário ao empresário participante. Após, os dados coletados foram tabulados e submetidos a uma análise descritiva.

A amostra foi composta por 94 respondentes gestores de micros e pequenas empresas participantes da Associação Empresarial de São Miguel do Oeste/SC - ACISMO. O questionário foi baseado no trabalho de Mazzioni et. al. (2016). “Mecanismos de Governança Corporativa em Empresas Familiares”, sendo organizado o questionário em três partes, com um total de 20 perguntas.

Após a coleta dos dados, os mesmos foram organizados em planilhas e transformados em tabelas para melhor entendimento por parte do leitor, e também para facilitar uma análise mais eficaz, permitindo uma interpretação clara e objetiva dos resultados. A análise dos dados foi realizada de maneira descritiva, com o objetivo de identificar padrões, tendências e particularidades relevantes, permitindo uma visão abrangente do fenômeno investigado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No presente capítulo apresentam-se e discutem-se os resultados da pesquisa. Primeiramente, apresentam-se os resultados relativos ao perfil das empresas, contendo informações a autoclassificação da empresa em relação ao porte, o número de funcionários da empresa, o ramo de atividade, a localização da MPE e o tempo de atuação da empresa. Em seguida, apresentam-se os dados sobre a caracterização do perfil do gestor e/ou proprietário com questionamentos sobre seu gênero, idade, escolaridade, motivo de abertura do negócio e nível de conhecimento/experiência de áreas específicas.

Já o terceiro subtítulo apresenta os resultados da investigação dos mecanismos de governança corporativa utilizados pela empresa com perguntas a respeito dos princípios de governança pelo qual a empresa se baseia, alinhamento de propósitos entre sócios, Conselho de Administração e Direção Executiva, importância de manter Conselho de Administração, necessidade de Conselho Fiscal e auditoria independente, existência e desenvolvimento de código de conduta, importância da gestão tributária, trabalhista e previdenciária, divulgação de relatórios anuais de desempenho, preocupação com responsabilidades relacionadas ao público interno e a perenidade e sucessão de mercado.

4.1 PERFIL DAS EMPRESAS

Para buscar entender um pouco sobre o perfil das empresas participantes buscou-se identificar algumas características e os resultados estão apresentados nas Tabelas 01 e 02.

Tabela 01. Perfil das empresas em relação ao porte, funcionários e ramo de atividade

Autoclassificação do porte da empresa	n	%
Microempresa	46	48,90
Empresa de Pequeno Porte	27	28,70
Microempreendedor Individual (MEI)	16	17,10
Nenhuma das opções	5	5,30
Total	94	100,00
Número de Funcionários	n	%

Nenhum	18	19,10
De 01 a 09	60	63,80
De 10 até 19	10	10,60
De 10 até 49	4	4,30
Acima de 49	2	2,20
Total	94	100,00
Ramo de atividade	n	%
Prestação de Serviços	44	43,30
Comércio em Geral	18	18,20
Saúde e Beleza	13	12,80
Alimentação	9	9,60
Construção Civil	9	9,60
Indústria	6	5,40
Agricultura	1	1,10
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 01, percebe-se que, no que tange ao perfil da empresa, verifica-se que a maioria são de pequeno porte. Em relação à quantidade de colaboradores, a maioria possui de 01 a 09 funcionários e apenas 19,1% não possuíam nenhum funcionário. Este dado é similar ao apontado por Niquito (2022), onde mais de 70% das empresas de pequeno porte possuem menos de dez colaboradores. Esses dados provavelmente decorrem do fato de que se tratam de empresas de pequeno porte, razão pela qual não possuem uma quantidade significativa de funcionários.

No quesito de ramo de atuação, o que mais prevaleceu foi o de prestação de serviço e em seguida o comércio em geral. Os dados a nível nacional são similares, verificando-se que o comércio representa 36% das atividades e os serviços 41% (Sebrae, 2022).

Na Tabela 2 apresenta-se o perfil das empresas em relação ao local e tempo de atividade.

Tabela 02. Perfil das empresas em relação ao local e tempo de atividade

Local da Empresa	n	%
Estabelecimento Físico Comercial	72	76,70
Online e Estabelecimento/Casa	12	12,80
Em Casa	6	6,20
Online	4	4,30
Total	94	100,00
Tempo de atividade da empresa	n	%
Menos de 01 ano	5	5,30
De 01 a 2,9 anos	16	17,00
De 3 a 5,9 anos	20	21,30
De 06 a 10 anos	13	13,80
Acima de 10 anos	40	42,60
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Com relação aos resultados apresentados na Tabela 02, quanto ao local da empresa, nota-se que a maioria possui estabelecimento físico para comercialização,

12,8% ao mesmo tempo tem estabelecimento e comercializa online, por outro lado, 6,4% à comercialização é feita apenas em casa, enquanto 4,3%, vendem somente online. Sobre o tempo da empresa, a maioria das empresas já tem mais de 10 anos de eficácia, significando estabilidade na região, enquanto apenas 5,30% estão em atividades à menos de 01 ano.

4.2 PERFIL DO(A) GESTOR(A) PROPRIETÁRIO(A)

Visando caracterizar os gestores e proprietários das empresas, foram levantadas algumas características, cujos resultados encontram-se na Tabela 03.

Tabela 03. Perfil do(a) gestor(a)/proprietário(a) (continua)

Gênero	n	%
Masculino	51	54,30
Feminino	41	43,60
Preferiu não responder	02	2,1
Total	94	100,00
Idade	n	%
Entre 20 e 25 anos	04	4,30
Entre 26 e 40 anos	48	51,10
Entre 41 e 59 anos	37	39,40
Acima de 60 anos	05	5,20
Total	94	100,00
Escolaridade	n	%

Ensino Fundamental Incompleto	02	2,10
Ensino Fundamental Completo	04	4,30
Ensino Médio Incompleto	03	3,20
Ensino Médio Completo	12	12,80
Ensino Técnico	04	4,30
Ensino Superior Incompleto	04	4,30
Ensino Superior Completo	27	28,60
Pós-Graduação Incompleta	01	1,10
Pós-Graduação Completa	37	39,30
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Com relação ao perfil de gestores, os dados indicam uma maioria de homens, o que está em concordância com Niquito (2022), que também verificou prevalência de homens na gestão, mas aponta também que as mulheres estão entrando no mercado de microempreendedorismo, mesmo que aos poucos, representando a gestão de 33% das MEI e ME e 22% nas EPPs.

De acordo com a idade dos entrevistados, verifica-se a predominância na categoria de 26 a 40 anos. Os números, neste caso, são semelhantes aos do estudo Niquito (2022), em que destaca que a idade média dos gestores de microempresa e pequeno porte é de 31 anos, fazendo com que seja uma semelhança do estudo.

Em relação à escolaridade dos respondentes, a mesma mostra que aproximadamente 40% dos gestores têm pós-graduação concluída, sendo este o interesse por conhecimento e especialização. De acordo com um estudo divulgado pelo SPC Brasil

(2015), a média do faturamento anual da empresa chega a ser maior quando os gestores, têm um nível mais elevado de escolaridade, indicando que, de fato, o nível de escolaridade aumenta o faturamento. Como exemplo, aqueles que possuem Mestrado e Doutorado têm um faturamento anual médio de R\$ 1.266.100,30 e aqueles que não finalizaram o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, com faturamento anual de R\$ 186.100,17.

Ainda visando compreender o perfil do gestor, foi investigado o motivo de abertura do negócio (Tabela 04).

Tabela 04. Motivos de abertura do negócio

Motivo de ter aberto o negócio	n	%
Desejo de ter o próprio negócio	54	57,40
Oportunidade de mercado	29	30,90
Necessidade de Renda	05	5,30
Empresa Familiar	03	3,10
Hobby que virou profissão	01	1,10
Dar oportunidade para pessoas se desenvolverem e criação de emprego e renda	01	1,10
Motivação	01	1,10
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

No que diz respeito aos motivos da abertura do negócio, destacou-se que o desejo de ter seu próprio negócio foi identificado por 57,40% dos respondentes, 30,9% identificaram a oportunidade de mercado. Em um estudo realizado por Vale, Corrêa e Reis (2014), constatou-se que os motivos que fazem as pessoas empreenderem não dizem

respeito somente a oportunidade de negócio e necessidade, mas também a outros fatores como família, influência externa e até mesmo a insatisfação com o emprego atual.

A Tabela 05 apresenta o nível de conhecimento e experiência dos respondentes em diferentes áreas.

Tabela 05. Nível de conhecimento/experiência

Elemento	Nenhum	Pouco	Razoável	Bom	Muito Bom
Área de Atuação	0,0%	1,1%	5,3%	30,9%	62,8%
Gestão Empresarial	2,1%	7,4%	28,7%	42,6%	19,1%
Contabilidade	3,2%	31,9%	35,1%	14,9%	14,9%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Relativamente à área de atuação, a maioria expressiva (62,8%) se considera possuidora de um conhecimento "Muito Bom". Na área de gestão empresarial, 42,6% dizem dispor do conhecimento "Bom", enquanto 28,7% avaliam seu conhecimento como "Razoável". Contudo, em contabilidade, a própria distribuição é mais equilibrada, onde 35,1% a consideram com conhecimento no nível "Razoável" e uma grande parte (31,9%) se considera no nível "Pouco".

Esses dados oferecem um conhecimento considerado muito bom na área de atuação e gestão, ao mesmo tempo em que são indicativos de áreas a serem melhoradas, principalmente em contabilidade. Lopes (2010), acerca das várias competências dos empreendedores, menciona que não basta somente a criatividade e a intencionalidade para empreender, mas também o conhecimento das bases teóricas do empreendedorismo e do

mercado de atuação. Similar, Oliveira et al. (2021) apresentam a contabilidade como uma das ferramentas imprescindíveis para as micro e pequenas empresas.

4.3 MECANISMOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na Tabela 06 apresentam-se os resultados sobre a avaliação da adoção de princípios de governança corporativa, utilizando uma escala de 1 a 5. A pontuação varia de "Não se aplica" (1) a "Aplica completamente" (5).

Tabela 06. Princípios da Governança Corporativa

Princípio	1	2	3	4	5
Transparência	4,3%	2,1%	12,8%	30,9%	50,0%
Responsabilidade	0,0%	1,1%	3,2%	17,0%	78,7%
Equidade	3,2%	2,1%	8,5%	34,0%	52,1%
Prestação de contas (<i>Accountability</i>)	3,2%	3,2%	11,7%	28,7%	53,2%
Orientação por conselhos e comitês	40,4%	11,7%	20,2%	11,7%	16,0%
Respeito aos direitos dos stakeholders	16,0%	4,3%	17,0%	29,8%	33,0%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os resultados obtidos são sobre o nível de percepção das empresas acerca dos princípios de governança corporativa adotados. Na transparência, 50% das empresas acreditam estar aplicadas, o que representa uma forte tendência à clareza nas informações. Em responsabilidade, há uma quantidade de 78,7% das respostas nos níveis 4 e 5, o que mostra um grau significativo de dedicação à prestação de contas. Na equidade, 52,1%

reconhecem a quantia aplicada considerável, mas ainda com espaço para melhorias. Em prestação de contas, 53,2% dos negócios buscar prestar as contas adequadamente.

Na outra ponta, a existência de conselho e comitês mostram a maior porcentagem de respostas negativas, com 40,4% “não se aplica”, sugerindo uma menor aplicação e uma área para desenvolvimento potencial. Enquanto isso, os direitos dos *stakeholders* possuem 33% de aplicação no nível máximo, sinalizando o conhecimento de importância e necessidade de evoluir. Em geral, a transparência e a responsabilidade são os itens com maior aplicação pelas empresas, enquanto que a existência de comissão e comitês para orientação e respeito aos *stakeholders* necessitam de mais melhorias e ampliação.

Tais resultados são bastante similares aqueles obtidos no estudo de Mazzioni et al. (2016), em que ao verificar a adoção de princípios de governança em empresas familiares de pequeno porte, evidenciou-se que os princípios da transparência, equidade e prestação de contas são os elementos com maior adesão pelos entrevistados. Sobre os itens com menor aplicação (existência de comissão e comitês para orientação e respeito aos *stakeholders*), Souza e Barro (2019) destacam a importância desses elementos para a promoção de melhoria na gestão, profissionalização da empresa e de seus processos em geral, além de menores riscos aos associados, proporcionando maior confiança dos *stakeholders*.

Sobre a empresa familiar de pequeno porte, em específico, Rösner (2022) deixa claro que o envolvimento da família em si não tem um impacto direto no desempenho da organização, mas a adoção das práticas de governança corporativa sim, enaltecendo ainda mais a importância destas para o sucesso organizacional, principalmente no que se refere aos elementos de ética, transparência, responsabilidade social, equidade e senso de justiça

Na Tabela 07 apresenta-se o grau de preocupação das empresas no alinhamento dos propósitos entre sócios, Conselho de Administração e Direção Executiva.

Tabela 07. Grau de preocupação em alinhar os propósitos entre sócios, Conselho de Administração e Direção Executiva

Alternativa	n	%
Não se aplica	31	34,00
Pouco se aplica	03	3,20
Aplica Moderadamente	09	9,60
Aplica Bastante	26	27,70
Aplica Completamente	25	25,10
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Apesar de 27,7% dos entrevistados indicaram que as empresas aplicam bastante o alinhamento dos propósitos, 34% da amostra indica que não aplica, havendo uma falta de interesse e preocupação com tal alinhamento. Os resultados desta pesquisa foram mais preocupantes que aqueles apresentados por Mazzioni et al. (2016) que, ao investigar a preocupação em alinhar os propósitos, destacou que 89,12% das empresas se preocupam em alinhar os propósitos aos sócios, conselho de administração e direção no momento em que estão tomando as decisões organizacionais e na definição das diretrizes.

Na Tabela 08, por sua vez, destaca-se a importância atribuída à manutenção de um Conselho de Administração na organização.

Tabela 08. Importância atribuída à manutenção de um Conselho de Administração na sua organização

Alternativa	n	%
Não é importante	17	18,10
Pouco importante	06	6,40
Moderadamente importante	27	28,60
Bastante importante	29	30,90
Extremamente importante	15	16,00
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Nota-se que a maioria das empresas 30,90% consideram bastante importante a existência de um conselho de administração. Todavia, 18,10% não o consideram importante, o que é um fator preocupante, dada a relevância desse elemento. Conforme Oliveira et al. (2021), isso ocorre porque as micro e pequenas empresas possuem a crença de que, em razão do seu porte, não possuem a necessidade de tal conselho, todavia, não possuem o conhecimento da importância deste elemento para a promoção de uma gestão adequada e para a governança corporativa eficaz. Na percepção de Souza e Barro (2019), o Conselho de Administração é responsável pelo direcionamento estratégico da empresa, detendo, nesta perspectiva, a responsabilidade pelas decisões de controle, garantindo o profissionalismo para as organizações.

Além disso, conforme destacado por Ramo, Santos e Confessor (2023), pequenas e médias empresas que investem em práticas de governança, principalmente a criação de Conselhos de Administração, tendem a ter mais facilidade para obtenção de

financiamentos bancários, visto que os conselhos, juntamente com a transparência e a prestação de contas, possuem relevância para os gestores bancários quando da análise do pedido de financiamento ou empréstimo.

Na Tabela 09 indicam-se os resultados relativos ao nível de necessidade de manter um Conselho Fiscal e auditoria independente, verificando-se uma deficiência das micro e pequenas empresas neste aspecto, visto que 46,8% entendem que não há necessidade.

Tabela 09. Nível de necessidade de manter um Conselho Fiscal e auditoria independente

Alternativa	n	%
Não há necessidade	44	46,80
Pouca necessidade	15	16,00
Necessidade moderada	22	23,40
Alta necessidade	05	5,30
Extrema necessidade	08	8,50
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Em contrapartida aos resultados da Tabela 09, na pesquisa de Mazzioni et al. (2016), 89,47% das empresas entrevistadas consideram importante e essencial a manutenção de um conselho fiscal e auditoria independente.

Sobre esses resultados, Lorenzoni e Vieira (2013) comentam que as pequenas empresas apresentam falhas em seus procedimentos operacionais e rotinas administrativas. No entanto, mesmo com a ausência de conhecimento desses pequenos empresários, várias técnicas de auditoria interna podem ser aplicadas em seus negócios

sem a necessidade de realizar investimentos significativos. Além disso, nas pequenas empresas, é possível descobrir pequenas práticas de trabalhos realizadas com bons resultados, que também podem ser gerenciadas diretamente pelo proprietário ou administrador, criando oportunidades valiosas para o desenvolvimento de um sistema de controle interno eficaz.

Outro aspecto analisado foi sobre a existência de um código de conduta direcionado aos membros da empresa (Tabela 10).

Tabela 10. Existência de um código de conduta estabelecido para os membros da organização na empresa

Alternativa	n	%
Não há código de conduta	29	30,90
Código de conduta pouco desenvolvido	13	13,80
Código de conduta moderadamente desenvolvido	18	19,10
Código de conduta bem estabelecido	26	27,70
Código de conduta completamente estabelecido	08	8,50
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os resultados da Tabela 10 foram significativamente diversificados. Aproximadamente 30,9% das empresas não possuem um código de conduta, o que pode comprometer a ética e a transparência organizacional. Além disso, 13,8% têm um código pouco desenvolvido, enquanto 19,1% o classificam como moderadamente desenvolvido.

Por outro lado, 27,7% afirmam ter um código de conduta bem estabelecido, e apenas 8,5% reportam um código completamente desenvolvido, indicando que há uma necessidade urgente na formalização de diretrizes éticas nas organizações.

Teixeira, Bezerra e Almeida (2017) apontam em suas pesquisas, que a inserção deste item nas pequenas empresas é um campo relativamente novo que permite a padronização e uniformização do trabalho, incentiva o desenvolvimento, proíbe comportamentos moralmente inadequados e traz a identidade ética para a empresa, portanto, ele é necessário.

Além do código de conduta, as empresas foram questionadas em relação à importância atribuída à gestão tributária e trabalhista na empresa (Tabela 11). Essa análise buscou compreender como essas áreas são vistas pelas empresas em termos de suas práticas e estratégias, evidenciando sua relevância no contexto das operações e conformidade legal.

Tabela 11. Nível de importância atribuído à gestão tributária e trabalhista na empresa

Alternativa	n	%
Não é importante	03	3,20
Pouco importante	08	8,50
Moderadamente importante	11	12,80
Bastante importante	40	41,50
Extremamente importante	32	34,00
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os resultados encontrados foram positivos, visto que 34% consideram a gestão tributária e trabalhista extremamente importante e 41,50% bastante importante; apenas 3,20% não a consideram importante. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Mazzioni et al. (2016), que relataram que mais de 90% das empresas consideram tributação e gerenciamento trabalhista como muito importante e especialmente para um bom aprendizado estratégico.

Além disso, conforme destacado por Vacari et al. (2023), a gestão tributária, como parte integrante da contabilidade, torna-se uma poderosa ferramenta para incremento da competitividade, principalmente no cenário das micro e pequenas empresas, garantindo a confiabilidade das informações, bem como um controle mais rigoroso dos procedimentos adotados, permitindo, por consequência, que não haja pagamento desnecessário de tributos, além da obtenção de benefícios fiscais, dentro dos limites legais permitidos.

Um dos grandes problemas das micro e pequenas empresas, conforme destacado por Mazzioni et al. (2016), é a crença limitante de que, em razão do seu porte, não necessitam de um controle tributário mais rígido e da divulgação de informações contábeis, isto porque muitas dessas empresas acreditam que a complexidade da legislação tributária e contábil é algo reservado às grandes organizações e, portanto, não se veem como parte do universo fiscal e contábil mais formalizado.

Lopes e Hupalo (2024) compartilham dessa ideia, verificando que os empresários, principalmente comércio em geral não adotam as práticas de governança corporativa na ideia de que somente as indústrias e grandes corporações precisam ter tal preocupação. Essa visão pode ser atribuída à falta de conhecimento sobre a importância da gestão

tributária e contábil para a sustentabilidade e crescimento da empresa. Ao negligenciar esses aspectos, muitas micro e pequenas empresas acabam se expondo a riscos fiscais, como a sonegação ou o pagamento indevido de tributos, além de não conseguirem identificar oportunidades de planejamento tributário que poderiam resultar em uma carga tributária mais justa e vantajosa.

Outro aspecto identificado foi a existência de divulgação de relatórios anuais de desempenho (Tabela 12).

Tabela 12. Existência de divulgação de relatórios anuais de desempenho

Alternativa	n	%
Não divulga	45	47,90
Raramente divulga	14	14,90
Divulga moderadamente	21	22,30
Divulga frequentemente	05	5,30
Divulga regularmente	09	9,60
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Verificou-se que 47,90% das empresas não divulgam relatórios anuais de desempenho, o que merece atenção, diante da imprescindibilidade desses relatórios como prática decorrente da governança corporativa. Souza e Barro (2019) destacam a importância da prestação de contas por meio da divulgação de relatórios contábeis, os quais oferecem segurança e transparência aos *stakeholders*, permitindo que a empresa assuma a responsabilidade por suas ações e omissões. Em complemento, Lehnart et al.

(2019) aponta que a transparência contábil, por sua vez, é fundamental para garantir a confiança de investidores, parceiros comerciais e até mesmo para cumprir com as obrigações legais e regulatórias, evitando multas e outras penalidades.

Também foi investigado o grau de preocupação da empresa com as responsabilidades em relação ao público interno (remuneração, incentivo e capacitação) (Tabela 13).

Tabela 13. Grau de preocupação da empresa com as responsabilidades em relação ao público interno (remuneração, incentivo e capacitação)

Alternativa	n	%
Pouca preocupação	07	7,40
Preocupação moderada	11	11,70
Preocupação considerável	19	20,20
Grande preocupação	37	39,40
Muito grande preocupação	20	21,30
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os resultados mostram que a maioria das empresas analisadas demonstra uma forte preocupação com seu público interno, especialmente em áreas como remuneração, incentivo e capacitação. Apenas 7,4% das empresas têm "pouca preocupação", enquanto 11,7% apresentam uma "preocupação moderada". Já 20,2% mostram uma "preocupação considerável". A maioria, com 39,4%, indica "grande preocupação", e 21,3% afirmam ter "muito grande preocupação".

Esses dados são semelhantes aos encontrados por Mazzioni et al. (2016), que mostraram que 94,04% das empresas obtiveram resultados positivos nesse aspecto, destacando a importância de uma gestão adequada de pessoas, o que tende a resultar em um aumento na produtividade e no desempenho organizacional. Para Eckert et al. (2023), quando as empresas fazem uso de estratégias claras de desenvolvimento de pessoas, treinamento contínuo (capacitação) e reconhecimento por meio de incentivos, elas tendem a criar um ambiente de trabalho mais engajador e colaborativo, o que, por sua vez, melhora o desempenho global da organização.

Além das questões relacionadas à gestão de pessoas, também se investigou o grau de preocupação com a perenidade no mercado e a transição para futuras gerações (Tabela 14).

Tabela 14. Grau de preocupação com a perenidade no mercado e a transição para futuras gerações

Alternativa	n	%
Pouca preocupação	18	19,10
Preocupação moderada	05	5,30
Preocupação considerável	22	23,40
Grande preocupação	37	39,40
Muito grande preocupação	12	12,80
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os resultados mostram que as empresas apresentam uma alta preocupação com sua continuidade e transição para as futuras gerações. Apenas 19,1% das empresas

expressam “pouca preocupação”, enquanto 5.3% têm “preocupação moderada”. Outra baixa parte 23,4% exibe “preocupação considerável” enquanto a maioria, 39,4%, afirma ter “grande preocupação”. Outros 12,8% indicam “muito grande preocupação”. Esses achados apoiam os de Mazzioni et al. (2016), cujos resultados apontaram que 94,39% das empresas estavam muito preocupadas com o tema, sugerindo que as empresas menores, especialmente familiares, estão de fato comprometidas em mantê-las e assegurar que elas sejam passadas.

Por fim, foi destacado o nível de importância atribuído às práticas de governança corporativa (Tabela 15).

Tabela 15. Nível de importância atribuído às práticas de governança corporativa para o sucesso e estabilidade organizacional

Alternativa	n	%
Não é importante	08	8,50
Pouco importante	06	6,40
Moderadamente importante	23	24,50
Bastante importante	33	35,10
Extremamente importante	24	25,50
Total	94	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2024).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 15, nota-se que 60,6% das empresas consideram extremamente ou bastante importante as práticas de governança corporativa, enquanto apenas 8,50% não as consideram importante. Três, Mazzioni e Dal

Magro (2022) evidenciam a importância da governança corporativa como um elemento indispensável na gestão das micro e pequenas empresas, sendo que, apesar disso, nota-se um certo desconhecimento dessa relevância, o que demanda maior ampliação de estudos e divulgação dos resultados positivos decorrentes das boas práticas de governança para o mundo empresarial.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como principal objetivo verificar os mecanismos de governança corporativa utilizados pelas micro e pequenas empresas de São Miguel do Oeste/SC, com o delineamento da aplicabilidade dos fundamentos da mesma e o nível de percepção desses aspectos no que se refere ao sucesso de suas organizações. Para atingir os resultados, foi aplicado questionário com a participação de 94 gestores, cujas MPES são participantes da Associação Empresarial de São Miguel do Oeste/SC – ACISMO.

Dentre os resultados encontrados, verificou-se que os princípios de governança corporativa com aplicação completa nas empresas pelos gestores são transparência (50,0%), responsabilidade (78,7%), Prestação de contas (53,2%) e equidade (52,1%). Já os princípios de orientação por conselhos e comitês, e respeito aos direitos dos *stakeholders* foram menos expressivos, com aplicação completa em apenas 16,9% e 33,0%, respectivamente, das MPES. Além disso, verificou-se que somente 25,1% das MPES possuem preocupação significativa com o alinhamento dos propósitos entre sócios, Conselho de Administração e Direção Executiva.

Continuando, os resultados evidenciaram que apenas 16% consideram extremamente importante a existência de um conselho de administração, enquanto que apenas 8,5% considerada necessário manter um conselho fiscal e auditoria independente, justificados tais dados pela crença de que, por se tratarem de organizações de porte menor, não dependem dessas variáveis para crescimento. Outro dado relevante foi o fato de que apenas 8,5% das empresas possuem um código de conduta completamente estabelecido e direcionado aos membros da empresa, o que indica uma ausência de preocupação, em geral, com a necessidade de regulamentação de aspectos éticos e morais.

Também, dentre os resultados achados, 34% das empresas consideram a gestão tributária e trabalhista extremamente importante, o que revela uma tendência de crescimento nesse elemento da governança corporativa. Da mesma forma, 21,3% possuem extrema preocupação com as responsabilidades em relação ao público interno (remuneração, incentivo e capacitação). No geral, enquanto 25,5% das MPES consideram extremamente as práticas de governança corporativa, apenas 8,50% não as consideram importante.

Assim, com base no apresentado e tendo em vista o problema de pesquisa, concluiu-se que embora as micro e pequenas empresas de São Miguel do Oeste já adotem alguns mecanismos de governança corporativa, ainda existem áreas significativas de melhoria. Considera-se que, para um grande número de gestores, essa governança corporativa ainda é considerada desnecessária ou totalmente inaplicável à realidade local, esse desconhecimento pode impactar o desenvolvimento empresarial e resultar em uma menor taxa de sucesso e longevidade no mercado.

Portanto, sugerir-se-ia para futuras pesquisas desenvolver e avaliar programas de capacitação para empreendedores de micro e pequenas empresas, pois eles sofrem com o pensamento de que as práticas de governança corporativa não são necessárias ou exclusivamente aplicáveis às empresas de grande porte. Outro conceito se relaciona à influência de novas tecnologias na implementação da governança corporativa nas empresas de pequeno porte, em particular para manter a transparência necessária e o controle interno e exibir informações atuais para os stakeholders.

REFERÊNCIAS

ABOUKHADEER, E. A. S.; AZAM, S. M. F.; ALBATTAT, A. R. S. Corporate Governance and International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) on the Quality of Accounting

Information in Libyan Government Sector. **Int. J. Prof. Bus. Rev.**, Miami, v. 8, n. 1, p. 1-32, 2023.

ANDRADE, A.; MONTEIRO, L. B.; SOUZA, G. L. A. de. Planejamento financeiro e sua importância nas micro e pequenas empresas em meio à pandemia da COVID-19. **Facit Bus. Technol. J.**, v. 1, n. 29, p. 22-45, ago. 2021.

AZEVEDO, M. C. Governança Corporativa na Saúde Suplementar: Estudo em uma Cooperativa de Saúde. **Rev. Adm. Hosp. Inov. Saúde**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 56-73, jul./set., 2022.

BRAMBILLA, D. J.; FERREIRA, J. de O. A necessidade da consultoria em gestão nas micro e pequenas empresas. **Universitas**, v. 3, n. 10, p. 42-67, 2024.

BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 2006.

CARVALHO, F. L.; TAGO-GOMES, E. H.; ARANHA, A. V.; SASSI, C. P. Income Smoothing and Corporate Governance. **Rev. Adm. Contab. Unisinos**, v. 20, n. 3, p. 1838-1866, jul./set., 2023.

CASPERS, C. F.; NEIVERTH, R. N. S. A falta de informações contábeis gerenciais na gestão de micro e pequenas empresas Luverdenses. In: **A interdisciplinaridade e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Pitaya, 2022. p. 71-91.

ECKERT, A.; CORSO, R. L.; BERTOLLO, D. L.; POMPERMAYER, R.; NEPOMUCENO, M. P. Z. Governança corporativa, gestão e competitividade: estudo de caso múltiplo em empresas familiares. **Revista GeSec**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1327-1349, 2023.

FREITAS JÚNIOR, G. C.; LEITÃO, C. R. S. O uso da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas do município de Poção. **Rev. Bras. Contab. Gest.**, v. 11, n.20, p. 82-98, jun., 2022.

GONÇALVES, K. A.; COUTINHO L. A importância da contabilidade para as micro e pequenas empresas como ferramenta de tomada de decisão. **Regrad**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 420-435, ago. 2018.

KULAK, C. M. Governança corporativa nas sociedades cooperativas. **Rev. Capital Cient.**, v. 20, n. 4, p. 45-64, out./dez., 2022.

LEHNART, E. dos R.; RUBERT, A. M. C.; TAGLIAPIETRA, R. D.; BENDER, C. S. Responsabilidade social empresarial: um estudo das práticas realizadas por micro e pequenas empresas. **Rev. Livre Sustent. Empreend.**, v. 4, n. 5, p. 168-194, set./out., 2019.

LOPES, M. A.; HUPALO, L. Avaliação dos indicadores de ESG das empresas de Santa Catarina atendidas pelo Programa Brasil Mais Produtivo. **Navus**, Florianópolis, v. 14, p. 1-15, jan./dez., 2024.

LORENZONI, R.; VIEIRA, E. T. V. O controle e a auditoria como ferramenta de desenvolvimento nas micro e pequenas empresas. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto -GEDECON**, Cruz Alta, v. 1, n. 1, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MAZZIONI, S.; PINHEIRO, H. N.; MOURA, G. D.; KRUGER, S. D. Mecanismos de Governança Corporativa em Empresas Familiares. **R. Lceu On-line**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 06-29, jul./dez. 2016.

NIQUITO, T. W. **Micro e pequeno empreendedorismo no Brasil**. Brasília: ENAP, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7555/1/Micro%20e%20Pequeno%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%20%281%29.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

OLIVEIRA, B. M.; BASTOS, M. L.P.; SANTOS, M. R. L.; OLIVEIRA, M. M. S. Controladoria como principal ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas do Brasil. **Rev. Livre Sustent. Empreend.**, v. 6, n. 6, p. 86-116, nov./dez, 2021.

OLIVEIRA, R. R. de; RAEDER, F.; MARQUES, J. A. V. da C. Relação entre governança corporativa e estrutura de capital: uma análise para as empresas do setor elétrico no Brasil. **Rev. Evid. Contáb. Finanças**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 118-132, maio/ago., 2022.

PEREIRA, A. L. C.; BENEDICTO, G. C. de; PRADO, J. Q. do; CARVALHO, E. G.; CARVALHO, F. de M. Influência do investimento em bens de capital no desempenho

econômico-financeiro sob a moderação da governança corporativa. **Brazil. Rev. Finance**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 110-143, set. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMO, R. S.; SANTOS, J. F.; CONFESSOR, K. L. A. A importância da Governança Corporativa na captação de recursos bancários pela ótica dos gerentes das Instituições Financeiras e das Pequenas e das Médias Empresas que compõem o Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste de Pernambuco. **REGMPE**, v. 8, n.3, p. 74-96, set./dez., 2023.

RIBEIRO, H. C. M. Governança corporativa: uma análise da produção científica divulgada nos periódicos científicos nacionais indexados na SPELL. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 177-197, abr./jun., 2023.

RIBEIRO, J. E.; SOUZA, A. A. Índice de governança corporativa e desempenho de mercado: evidências no mercado acionário brasileiro. **Rev. Contab. Financ. - USP**, São Paulo, v. 34, n. 92, e1756, 2023.

RÖSNER, J. R. **Envolvimento familiar, maturidade da governança corporativa e o desempenho organizacional das micro, pequenas e médias empresas da microrregião de Criciúma, SC**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul

Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2022.

SALES, I. K. B.; MACÊDO, M. E. C. O Impacto da Pandemia da COVID-19 no Cenário das Micro e Pequenas Empresas. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, v. 15, n. 57, p. 215-229, out. 2021.

SANTOS, L. N.; BEZERRA, F. A. Impacto da governança corporativa sobre o gerenciamento de resultado em períodos pré e pós M&A. **Rev. Gestão Tecnol.**, v. 23, n. 3, p. 10-31 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **DataSebrae Indicadores:** empresas. 2024. Disponível em:
<https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Atlas dos Pequenos Negócios.** Brasília: SEBRAE, 2022.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, L. C. da; MAZZIONI, S.; SANTOS, C. N. dos; DAL MAGRO, C. B.

Compliance with good corporate governance practices and the managerial ability of managers. **Rev. Contemp. Contab.**, Florianópolis, v. 20, n. 54, p. 01-16, 2023.

SOUZA, J. P. C.; BARRO, L. A. M. Práticas de Governança Corporativa e seus efeitos sobre o desempenho organizacional em pequenas empresas. **REGEPE**, v. 4, n. 2, p. 59-78, maio/ago., 2019.

SPC BRASIL. **Perfil das micro e pequenas empresas brasileiras**. 2015. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/relatorio_perfil_mpe1.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

TANDOH, I.; DUFFOUR, K. A.; ESSANDOH, M.; AMOAKO, R. N. Corporate Governance, Corporate Social Responsibility, and Corporate Sustainability: The Moderating Role of Top Management Commitment. **Int. J. Prof. Bus. Rev.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 1-27, 2-22.

TEIXEIRA, E. T.; BEZERRA, T. O. C.; ALMEIDA, G de O. O código de ética e seus reflexos nas pequenas empresas e na sociedade brasileira. **Revista Foco**, [S.I.], v. 10, n. 1, p. 134-156, 2017.

TRAMBACOS, F. L.; ALBANEZ, T.; CARVALHO, L. N. G. de. A Proposal of a Conceptual Framework for Corporate Governance Research. **J. Account. Manag. Govern.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 312-330, set./dez., 2021.

TRES, N.; MAZZIONI, S.; DAL MAGRO, C. B. Sensibilidade da Sustentabilidade ao Cooperativismo e a Governança Corporativa. **Rev. Contab. Gest. Govern.**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 142-158, maio/ago., 2022.

VACARI, S. S.; ECKERT, A.; LEITES, E. T.; FONTANA, F. B.; MECCA, M. S. A contabilidade como ferramenta de gestão e incremento da competitividade para micro e pequenas empresas. **Rev. Conhec. Contáb.**, Mossoró, v. 12, n. 2, p. 71-92, jan./jun., 2023.

VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S.; REIS, R. F. Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade Versus Oportunidade? **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 311-327, maio/jun., 2014.

ZANOTELLI, C. A.; CERUTTI, B. B. Gestão de micro e pequenas empresas: um estudo no Vale do Taquari/RS. **Rev. Destaques Acad.**, Lajeado, v. 12, n. 1, p. 98-116, 2020.

ZITTEI, M. V. M. et al. Análise da relação entre as Deficiências dos Controles Internos, a Governança Corporativa e a Qualidade da Informação Contábil. **R. Lceu On-line**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 156-178, jul./dez. 2021.

CONEXÃO

Revista Conexão, n. 1, v.13, 2025

Revista dos Cursos de Gestão e
Tecnologia do Centro Universitário UCEFF

ISSN 2357-9196